



Integram, ainda, o Comitê Gestor um representante da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, um da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e um do Supremo Tribunal Federal.

Consolidando o Decreto de 27 de setembro de 2004 foi assinado em 10 de fevereiro de 2005 o Termo de Compromisso firmado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representados pelos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ressalte-se, por oportuno, na Cláusula Segunda do Termo de Compromisso citado no parágrafo anterior o estabelecimento entre as partes para promoverem entendimentos com vistas à celebração de instrumentos próprios que permitam a participação sistematizada dos três Poderes da República brasileira, especialmente no que tange à definição da grade de programação do canal e ao repasse de recursos orçamentários e financeiros à RADIOBRAS, responsável pela prestação dos serviços de televisão para o exterior.

Ante a descentralização de recursos orçamentários e financeiros à RADIOBRAS, ocorrida em 2005, feita pelo Ministério das Relações Exteriores, foram contratadas duas empresas para viabilizar as transmissões da TV Brasil, uma para locação de segmento espacial e uma para locação de equipamentos de transmissão de sinais de áudio e vídeo digitais, via satélite, incluindo a instalação de um sistema de up link, na modalidade digital, padrão MPEG2 / DVB, a partir de Brasília (DF), visando a proporcionar a cobertura simultânea do sinal da TV Brasil - Canal Integración, para a América do Sul, América Central, Estados Unidos da América e Península Ibérica, na Europa.

A TV Brasil - Canal Integración conta com programação vinte e quatro horas, transmitida via satélite, com produções brasileiras e sul-americanas. O projeto, que já congrega 47 parceiros entre emissoras de televisão e institutos culturais em toda a América do Sul, um dos resultados das missões internacionais coordenadas pelo Itamaraty com emissoras públicas, privadas, fundações, universidades e outras entidades ligadas ao universo audiovisual dos países sul-americanos, forneceu, ao longo de 2006, 160 autorizações de distribuição do sinal para operadores a cabo de 17 países nas Américas.

A TV Brasil - Canal Integración também se consolidou como um produtor de conteúdos informativos voltados à integração regional. Produz boletins jornalísticos diários e dois telejornais semanais, "América do Sul Hoje" e "Notícias de Brasil", além de diversas coberturas especiais de eventos relevantes para a integração política, cultural e social sul-americana.

Ao longo de 2007, a TV Brasil - Canal Integración empreenderá várias ações, tais como: deflagração de negociações, com vistas à celebração de parcerias, com emissoras e operadoras de TV a Cabo sul-americanas para a ampliação da distribuição, consolidação das produções jornalísticas atualmente transmitidas; garantia de recepção permanente de acervo audiovisual de qualidade; manutenção da infra-estrutura e equipe necessárias ao seu funcionamento, entre outras atividades.

A TV Brasil - Canal Integración poderá transformar-se igualmente num poderoso instrumento de cooperação técnica internacional e de sua divulgação, particularmente no que diz respeito à cooperação prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento no âmbito do diálogo Sul-Sul (cooperação horizontal). Sendo a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE, por sua vez, um dos instrumentos da política externa brasileira, esse canal contribui, em última instância, para a própria consecução das metas contidas na referida política.

Ao longo de 2007, a TV Brasil - Canal Integración empreenderá várias ações, tais como: deflagração de negociações, com vistas à celebração de parcerias, com emissoras e operadoras de TV a Cabo sul-americanas para a ampliação da distribuição, consolidação das produções jornalísticas atualmente transmitidas; garantia de recepção permanente de acervo audiovisual de qualidade; manutenção da infra-estrutura e equipe necessárias ao seu funcionamento, entre outras atividades.

Considerando a necessidade de manutenção dos Contratos que viabilizam as transmissões, por satélite, do sinal da TV Brasil - Canal Integración, ante todos os fatos e argumentos descritos e tendo presentes as disposições da Instrução Normativa nº 01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Lei nº 8.666/1993, do Decreto nº 93.872/1986, e o interesse convergente dos partícipes, entendemos estar o presente Plano de Trabalho em condições de ser aprovado, possibilitando a emissão de Portaria pelo Ministério das Relações Exteriores, o que permitirá a descentralização de recursos orçamentários e financeiros por aquela Entidade Concedente à RADIOBRAS para continuidade da consecução do projeto ora apresentado.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META UNICA	Manutenção da locação de segmento espacial em banda C e da locação de equipamentos de transmissão de sinais de áudio e vídeo digitais, via satélite, incluindo a instalação de sistema de up link, na modalidade digital, padrão MPEG2 / DVB, a partir de Brasília (DF), com cobertura simultânea para toda a América do Sul, Estados Unidos da América e Península Ibérica, na Europa.		
	ETAPA /FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO
	1.1.	Descentralização de Recursos Orçamentários e Financeiros	Nota de Crédito emitida
	1.2.	Empenho	Empenho emitido
	1.3.	Manutenção da prestação dos serviços	Serviços prestados

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
319000	Pessoal	708.732,10		708.732,10
339000	Custeio (Benefícios Sociais)	56.482,79		56.482,79
339039	Serviços de Terceiros - PJ	833.214,36	833.214,36	
449052	Equipamentos e mobiliário	100.000,00		100.000,00
TOTAIS		1.698.429,25	833.214,36 (*)	865.214,89

(*) Observação: No montante informado foi incluído o valor resultante da aplicação do percentual de 3,018%, referente a variação do IPC-A dos últimos 12 (doze) meses, sobre o valor nominal dos contratos firmados para a prestação dos serviços, considerando que são passíveis de reajuste desde setembro de 2006.

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) - CONCEDENTE

A descentralização de recursos pela Concedente atenderá ao exercício financeiro de 2007, competindo à Concedente uma descentralização de R\$ 833.214,36(oitocentos e trinta e três mil, duzentos e quatorze reais e trinta e seis centavos) para todo o período de 2007.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) - PROPONENTE (contrapartida)

A Proponente arcará com custos aplicados também para o período de 2007, num valor total de R\$ 865.214,89 (oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e nove centavos), conforme especificado na tabela demonstrativa de aplicação do item 5 acima.

8. DECLARAÇÃO

NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE, DECLARO PARA FINS DE PROVA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA OS EFEITOS E SOB AS PENAS DA LEI, QUE INEXISTE QUALQUER DÉBITO EM MORA OU SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA COM O TESOUREIRO NACIONAL OU QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, QUE IMPEÇA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORIUNDOS DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA FORMA DESTE PLANO DE TRABALHO.

PEDE DEFERIMENTO.

Brasília, 23 de janeiro de 2007.

José Roberto Barbosa Garcez

Presidente Substituto da RADIOBRAS

9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO.

(Representante Legal da Entidade Concedente)

Ministério de Minas e Energia	
GABINETE DO MINISTRO	
DESPACHOS DO MINISTRO	SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA
Em 20 de março de 2007	
Processos DNPM nºs 48410.900486/2006-86, 810.047/72 (vols. I à VII) e 810.048/72 (vols. I à VII). Interessado: Extrativa Fertilizantes S.A. Assunto: Pedido Administrativo de Reconhecimento de Nulidade dos Títulos Minerários, formulado por Guanordeste Mineração Ltda. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 49/2007, que adoto como fundamento desta decisão, não conheço por intempestivo e nego provimento por falta de base legal do referido pleito e de termino a remessa dos autos acima elencados à origem para a continuidade processual.	calização acerca do seu cumprimento. Por fim, os autos devem ser encaminhados, com Exposição de Motivos, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo em vista o Recurso apresentado pela Recorrente.
Processos DNPM nºs 48400.000157/2006, 890.588/1988 e 896.141/2001. Interessados: Mineração Guidoni Ltda. e Granitos Zambaldi Ltda. Assunto: Recurso Administrativo contra Decisão Ministerial que tornou sem efeito a retificação da Portaria nº 263, de 5 de dezembro de 2003. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 50/2007, que aprovo e adoto como fundamento desta Decisão, não acolho Pedido de Reconsideração apresentado, indefiro o Requerimento de fls. 270/328 do DNPM nº 48400.000157/2006-48, determino a retificação do Ponto de Amarração constante da Portaria nº 263, de 5 de dezembro de 2003, devendo, no entanto, ser respeitados os direitos minerários adquiridos por terceiros, por meio de Instrumentos de Cessão, devidamente registrados no DNPM, sobre áreas com coordenadas geográficas já definidas, e o envio de Ofício com cópia desta Decisão ao DNPM para que exerça a efetiva fis-	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 21 de março de 2007 Nº 767 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000230/2003-16, resolve: I - Liberar a quarta unidade geradora (UG1), de 4.550 kW, da PCH Primavera, localizada nos Municípios de Pimenta Bueno e Primavera de Rondônia, Estado de Rondônia, de propriedade da empresa Eletro-Primavera Ltda., autorizada por meio da Resolução ANEEL nº 747, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação comercial a partir de 22 de março de 2007, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.
	JAMIL ABID

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 21 DE MARÇO DE 2007

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, e a Resolução de Diretoria n.º 130, de 20 de março de 2007,

considerando que compete à ANP regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, definido na Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999, como de utilidade pública;

considerando a necessidade de estabelecer critérios técnicos para a operação e a desativação de instalações de armazenamento e abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis, em face da periculosidade desses produtos, configurada por risco de incêndio, explosão e vazamento decorrente de sua guarda e manuseio;

considerando que o Ponto de Abastecimento constitui-se em instalação para suprimento de combustíveis de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas do detentor das instalações, sendo necessário o estabelecimento de vedação à comercialização de tais produtos; e

considerando a necessidade de compatibilização da regulamentação do setor de combustíveis com diretrizes ambientais, em especial as relativas às instalações e sistemas de armazenamento de derivados de petróleo e outros combustíveis, torna público o seguinte ato: